

O AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO TERRITORIAL RECENTE EM GOIÁS (2000-2012)

Fernando Carlos Alves da Silva¹

Resumo

Este trabalho realiza uma análise da produção territorial recente em Goiás, através das atividades agrárias, especialmente o agronegócio. Como esta atividade agiu e age na produção de espaços agrícolas modernos no território goiano, como na região Sudoeste, e como sua expansão se dá pelas regiões de agricultura tradicional, na região Nordeste de Goiás. A partir deste trabalho podemos vislumbrar contribuições para novas e futuras reflexões acerca desta discussão, pois este processo é contínuo no espaço e no tempo, sendo passivo de novas análises no decorrer de sua reprodução. A metodologia utilizada para realização deste trabalho foi levantamento e revisão bibliográfica e análise e interpretação de dados (quantitativos e qualitativos).

Palavras-chave: Goiás; território; agronegócio.

AGRIBUSINESS AND TERRITORIAL PRODUCTION RECENT GOIÁS (2000-2012)

Abstract

This article examines the territorial production in the recent state of Goiás, through agricultural activities, especially agribusiness. As this activity acted and acts in the production of modern agricultural areas in Goiás, as in the Southwest region, and that its expansion is given by the regions of traditional agriculture in the Northeast of Goiás. Through this paper we may envision contributions to new and future questions regarding this discussion, because this process is incessant and accepts new analysis through its reproduction. The methodology used to conduct this study was survey and literature review and analysis and interpretation of data (quantitative and qualitative).

Keywords: Goiás; territory; agribusiness.

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Email: carlosas@hotmail.com

Introdução

A produção territorial é desigual em diferentes aspectos, dentre os quais podemos citar a diversidade e a desigualdade vislumbrada em diferentes recortes espaciais. No estado de Goiás, cujo território foi intensivamente modificado e (re) organizado pelas atividades agrárias, especialmente durante a segunda metade do século XX, a produção territorial promovida pelo agronegócio engendrou diferentes especializações e agregou diferentes níveis técnicos entre as regiões do estado.

A partir das regiões de planejamento de Goiás (GOIÁS, 2013) podemos analisar as diferentes configurações territoriais e a desigualdades técnico-científicas entre os espaços agrários das regiões que compõe o estado. A territorialização do agronegócio não foi homogênea, criando regiões com alto nível técnico no campo e outras baseadas na agropecuária tradicional, tidas como exército de lugares de reserva para o agronegócio (ELIAS, 2006).

A modernização agrícola promovida pela inserção da agropecuária goiana ao circuito de produção nacional, baseada na intensificação das relações capitalistas no campo, foi intensa a partir da década de 1960. Os lugares apropriados do agronegócio são territorializado em Goiás pela inserção da produção de *commodities* agrícolas, especialmente da soja.

A modernização do campo territorializou relações capitalistas na porção sul do estado, com intensa divisão territorial do trabalho e reorganização das relações sociais, porém, ratificando o latifúndio como empresa agrícola moderna, reproduzindo a exclusão nas relações de produção, pois o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008) e pela necessidade de agregação de capital à produção.

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise da influência do agronegócio e de sua expansão na produção do território goiano e da desigualdade regional deste estado. Pois enquanto o sul do estado é um espaço com intensas atividades agrícolas capitalistas, o norte, por sua vez, vive uma incipiente expansão do agronegócio, fazendo parte até então (2000-2012), dos espaços agrícolas ainda não territorializados por esta atividade.

A metodologia utilizada para realização deste trabalho foi levantamento e revisão bibliográfica e análise e interpretação de dados (quantitativos e qualitativos)

econômicos e sociais, referentes ao processo de produção agrícola, tendo como fonte dos dados, principalmente, o Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A dicotomia no território agrário de Goiás: Agronegócio e Agricultura Tradicional

O território agrário de Goiás pode ser representado pela dicotomia entre espaços territorializados pelo agronegócio e pela agricultura tradicional. Tendo como recortes espaciais as regiões Sudoeste e Nordeste de Goiás, podemos evidenciar de forma bastante clara esta desigualdade socioeconômica.

Com o avanço da fronteira agrícola a partir da década de 1960 e a incorporação da porção sul de Goiás ao circuito de produção da região sudeste do Brasil, a região de agropecuária tradicional foi capturada pela agricultura moderna, seja com a inserção de novos insumos agrícolas na produção, seja pela modernização através dos meios de produção e da técnica.

Segundo Castilho (2007) existe dois períodos de modernização agrícola no Brasil, a região Sudoeste de Goiás se enquadra no primeiro, que se deu entre as décadas de 1960 e 1970 e é “marcado pela forte presença do Estado na articulação entre os agentes envolvidos nos circuitos produtivos modernos, gerando uma maior aproximação e interdependência entre agricultura e indústria” (CASTILHO, 2007, p. 35). O segundo período seria o de consolidação das relações capitalistas de produção e sua expansão sobre novas áreas, engendrado na última década. O Nordeste goiano seria um exemplo, marcado pela inserção da produção de *commodities* no cerrado e pela agricultura moderna.

Mas a noção de modernização agrícola é um conceito que parte não somente da inserção de máquinas modernas. Para Graziano Neto (1982, p. 26) existe uma dualidade embutida da discussão acerca da modernização da agricultura:

Normalmente quando se fala em modernização da agricultura pensa-se apenas nas modificações ocorridas na base técnica de produção, na substituição das técnicas agrícolas substituídas por técnicas ‘modernas’ [...] Modernização, porém, significa mais que isso. Ao mesmo tempo que vai ocorrendo aquele processo técnico da agricultura, vai se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção.

Um aspecto importante na modernização agrícola ocorrida no sul de Goiás foi a alteração das relações sociais produzidas no espaço agrário tradicional e a territorialização do agronegócio, reorganizando o campo no sul do estado. O Sudoeste goiano se insere no contexto do Brasil agrícola moderno, destacado por Elias (1996, 1997, 2003) como territórios de alta produtividade conectados por fluxos de capital e alta produtividade agrícola.

O território do agronegócio se faz como um território rede (HAESBAERT, 2009), conectando regiões cujas características se assemelham. Uma das particularidades do território do agronegócio é a monocultura, como também a produção de *commodities* para exportação, sobre isso, Gliessman (2000, p. 35) destaca que:

A monocultura é uma excrescência natural de uma abordagem industrial da agricultura, em que os insumos de mão-de-obra são minimizados e os insumos baseados em tecnologia são maximizados com vistas a aumentar a eficiência produtiva. As técnicas de monocultivo casam-se bem com outras práticas da agricultura moderna: a monocultura tende a favorecer o cultivo intensivo do solo, a aplicação de fertilizantes inorgânicos, a irrigação, o controle químico de pragas e as variedades especializadas de plantas.

O cultivo de monoculturas é uma das principais atividades do agronegócio brasileiro e goiano, baseadas principalmente na soja, cana-de-açúcar e o algodão. Assim, a concentração fundiária e a exclusão no campo são aspectos indissociáveis ao agronegócio (VEIGA, 2000).

Cavalcante e Fernandes (2008) destacam que concentração e exclusão são inerentes ao agronegócio, e que o agronegócio exclui pela intensa produtividade. Assim, podemos nos atentar ao processo de modernização agrária ao qual o território goiano se submeteu nas últimas décadas, baseada na análise de transformação da estrutura fundiária, na produção e produtividade agrícola do estado nos últimos anos. Os impactos provocados através da territorialização do agronegócio são evidentes nas regiões onde este fenômeno ocorreu, sendo o Sudoeste de Goiás a região com maiores transformações em sua estrutura territorial produtiva, e a região Nordeste, menos submetida às transformações em sua estrutura territorial, apresenta ainda, menores impactos em decorrência da territorialização do agronegócio. Essa diferença regional na territorialização do

agronegócio mostra que existe uma seletividade de áreas onde este fenômeno se dá, obedecendo à dinâmica dos agentes hegemônicos que o engendram.

A territorialização do agronegócio em dada região observa alguns critérios, sendo o preço da terra um dos mais relevantes. O *Cerrado Agrícola*², que se refere às áreas ainda cobertas por remanescentes de Cerrado (segundo a percepção de mercado), com um respectivo valor em função do uso que a mesma propiciará, representado pelas áreas remanescentes do bioma em Goiás, favorecendo as regiões Nordeste (e Norte) do estado. Desse modo, “existe uma relação entre proporção de remanescente e preço da terra. Esta relação indica que, onde o preço é maior, o uso da terra tende a ser mais intenso (maior nível de desmatamento). Por outro lado, áreas com maior proporção de remanescentes o preço da terra é menor” (FERREIRA et al, 2008, p. 12). Isso evidencia um dos fatores da incipiente expansão do agronegócio nestas regiões, porém, este processo está condicionado a outros fatores, como infraestrutura de transportes e logística. Assim,

Por outro lado, e ainda com base na categoria Cerrado Agrícola, percebe-se claramente a desvalorização das terras em áreas cuja porção de remanescentes de Cerrado é maior. Em outras palavras, as áreas mais preservadas do Estado, em geral concentradas no Nordeste goiano, concentram os municípios com as terras menos valorizadas para fins agrícolas. Estas áreas, com preços de terras mais baixos, refletem também a ausência de rodovias federais e uma malha viária bem menos estruturada. (FERREIRA et. al. 2008, p. 7).

Na região Nordeste de Goiás a base agrária ainda não foi completamente alterada pelos fatores exógenos, como a migração de capital, técnica e insumos agrícolas modernos. A região como *exército de lugares de reserva para o agronegócio* está sendo apropriada paulatinamente e inserida no circuito de produção do agronegócio.

O território rede formado pelo agronegócio conecta diversas regiões, em diferentes estados do Brasil, criando arranjos territoriais produtivos pela territorialização do capital na agricultura (entendido como agronegócio). Segundo Elias (2008), sua dinâmica e territorialização não obedece aos critérios de gestão e planejamento territorial oficial, assim como aos interesses locais.

Segundo Elias (2008, p. 4):

² IV Encontro Nacional da ANPPAS 4, 5 e 6 de junho de 2008. Brasília - DF – Brasil.

Tal realidade acirra a refuncionalização dos espaços agrícolas e leva à difusão de especializações territoriais produtivas, denotando-se inúmeras seletividades, seja da organização da produção, seja da dinâmica do próprio espaço agrícola. A formação destas regiões produtivas agrícolas obedece aos interesses dos agentes hegemônicos que estão à frente de tais processos, empresas agrícolas nacionais e multinacionais, e isso significa que não seguem necessariamente às divisões políticas administrativas estabelecidas, nem mesmo aos interesses locais, regionais ou mesmo nacionais.

Assim, o fenômeno do agronegócio é uma ação planejada pelos atores hegemônicos, seja o Estado, sejam empresas privada. No processo de apropriação de novas áreas o agronegócio obedece a critérios e planejamento em função dos interesses do capital, sendo os atores sociais locais e seus interesses marginalizados e segregados.

Com a “revolução verde” a partir da década de 1960, marco inicial da apropriação de parte do território goiano pelo agronegócio, cuja estrutura agrícola foi alterada e modernizada, o campo em Goiás se configurou como espaço altamente produtivo e mecanizado, e acima de tudo espaço que superou a técnica, através do meio técnico-científico-informacional, sendo o meio natural e técnico superados pelo meio científico informacional (ELIAS, 2006).

Como a proposta deste trabalho é a análise da produção do território através do agronegócio, tendo como recorte temporal o período compreendido entre os anos 2000 e 2012, elaboramos a tabela 01 demonstrando um dos principais cultivos em que a agricultura do Sudoeste de Goiás está alicerçada, a soja.

Os dados da produção da soja mostram o constante acréscimo na produção na última década, sendo os municípios de Rio Verde, Jataí, Montividiu, Mineiros e Chapadão do Céu os principais produtores.

Tabela 01: Quantidade de soja produzida, em toneladas, por município na região Sudoeste de Goiás (2000 – 2012).

Município	2000	2004	2008	2012
Acreúna	26.000	52.200	78.000	93.000
Aparecida do Rio Doce	-	1.613	1.400	2.145
Aporé	1.102	10.530	4.760	6.764
Cachoeira Alta	-	-	-	-
Caçu	-	6.804	1.620	2.430
Castelândia	6.600	15.120	15.600	16.960
Chapadão do Céu	186.093	220.320	286.200	258.720
Gouvelândia	14.880	27.200	8.700	9.920
Itajá	-	-	528	-
Itarumã	-	8.505	3.000	4.760
Jataí	462.462	669.600	653.400	863.100
Lagoa Santa	-	-	-	-
Maurilândia	7.700	11.900	13.000	23.400
Mineiros	290.000	369.600	300.000	290.700
Montividiu	210.000	280.000	303.600	368.880
Paranaiguara	3.960	3.000	1.235	1.134
Perolândia	140.400	154.000	150.000	154.760
Portelândia	58.000	64.400	57.600	72.870
Quirinópolis	70.000	80.550	58.400	50.000
Rio Verde	507.500	609.178	733.200	907.500
Santa Helena de Goiás	101.500	86.400	115.500	132.000
Santa Rita do Araguaia	713	16.800	12.150	22.560
Santo Antônio da Barra	6.900	15.300	12.000	12.800
São Simão	440	1.500	-	-
Serranópolis	48.246	72.000	90.000	93.060
Turvelândia	28.800	38.800	40.600	89.900
TOTAL	2.171.296	2.815.320	2.940.493	3.477.363

Fonte: IMB – Estatísticas Municipais (Séries Históricas)³.

A dinâmica produtiva da região Sudoeste não está restrita à exportação de *commodities*, pois atende em grande parte ao complexo agroindustrial instalado em seus municípios. Como afirmou Castilho (2007, p. 35), as regiões do primeiro período de modernização agrícola tiveram políticas no sentido de “uma maior

³ O banco de dados online <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/Estatistica_bde.asp>, do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), organiza os dados de órgãos como o IBGE, Ministérios, Agências, Associações e Secretarias de Estado, portanto, não foi feita consulta direta em todos os órgãos, mas através do banco de dados online do IMB.

aproximação e interdependência entre agricultura e indústria”. Neste panorama, a economia da região Sudoeste de Goiás está arraigada no complexo agroindustrial gerado pela modernização e industrialização do campo. A produção de carne de aves representa grande parcela na cadeia produtiva da região e está ligada diretamente à produção de grãos.

Na tabela 02 podemos verificar como a produção agrícola e a produção de grãos em larga escala influenciou a instalação do complexo agroindustrial do setor de aves.

Tabela 02: Principais efetivos de aves, por cabeça, da região Sudoeste de Goiás (2000 – 2010).

Município	2000	2004	2008	2010
Rio Verde	3.220.000	9.470.000	12.110.000	12.350.000
Jataí	2.372.000	2.487.745	2.490.000	2.920.400
Mineiros	58.600	55.550	2.008.000	2.094.500
TOTAL*	7.047.880	15.247.237	19.875.160	19.428.080

Fonte: IMB – Estatísticas Municipais (Séries Históricas).

*Total de aves (cab.) da Região Sudoeste de Goiás.

A produção de aves está diretamente ligada à produção de soja⁴, mas não significa que esteja restrita aos municípios que mais produzem soja, pois a produção é pulverizada na região. Mas em uma comparação entre as tabelas 01 e 02, podemos notar a relação estreita entre a produção de soja e aves entre os municípios de Rio Verde e Jataí, que são respectivamente os maiores produtores, seguido de Mineiros, terceiro maior produtor de aves, mas quarto na produção de soja. E o caso de Montividiu, que é o terceiro maior produtor de soja, mas não apresenta expressiva produção de aves.

Os três municípios citados na tabela 02 representam 17.364.900 do total de 19.428.080 de cabeças de aves da região Sudoeste de Goiás. Neste cenário se destacam as agroindústrias processadoras de carne. A instalação do complexo agroindustrial em questão se justifica pela produção de grãos, principalmente soja, milho e sorgo, auferidos pela modernização agrícola engendrada a partir das décadas de 1960 e 1970. Elias (2006b, p. 6) destaca que:

⁴ Pela produção de soja entende-se todo o complexo da soja, representando a soja em grão, o farelo de soja e óleo.

Organizam-se verdadeiras redes técnicas (de eletrificação, de armazenagem, de irrigação, de transportes, de telecomunicações etc.) voltadas para o objetivo de dotar o espaço agrícola de fluidez para as empresas hegemônicas do setor. Isto induz à mecanização dos espaços agrícolas e onde a atividade agropecuária se dá baseada na utilização intensiva de capital, tecnologia e informação, é visível a expansão do meio técnico-científico-informacional, revelando o dinamismo da produção do espaço resultante das reestruturação produtiva da agropecuária.

Como afirma Elias (2006, p. 32), a modernização agrícola não se dá de forma homogênea no espaço, “algumas áreas são mais intensamente beneficiadas pelos sistemas técnicos e sistemas normativos inerentes à agricultura científica e ao agronegócio”, como é o caso do Sudoeste goiano, cuja estrutura agrícola foi apropriada por sistemas modernos de produção há décadas, com o cultivo intensivo de soja. Mas a região Nordeste de Goiás, que só nos últimos anos foi inserida (ainda que discretamente) no território (rede) do agronegócio, ainda está experimentando o incipiente processo de transformações em sua estrutura territorial produtiva.

A expansão do agronegócio pelas áreas de agricultura tradicional se insere no segundo período de modernização da agricultura brasileira, destacado por Castillo (2008), onde atende à produção de *commodities*, principalmente destinadas à exportação. Segundo o Ministério da Agricultura, “a área de soja deve aumentar cerca de 6,7 milhões de hectares, chegando em 2023 com 34,4 milhões de hectares. Representa um acréscimo de 24,3% sobre a área que temos em 2013.” (BRASIL, 2013, p.30). Este acréscimo se deve à incorporação de novas áreas, sendo o Nordeste goiano uma delas. Outro indicador que evidencia esta tendência de aumento na produção são os dados das estimativas de exportação de soja na próxima década, segundo o Ministério da Agricultura, “as exportações de soja em grão projetadas para 2022/2023 são de 46,9 milhões de toneladas. Representam um aumento de 10,0 milhões de toneladas em relação a quantidade exportada pelo Brasil em 2012/13” (BRASIL, 2013, p. 30).

A estratégia na incorporação de áreas de agricultura tradicional atende à demanda dos atores hegemônicos do processo produtivo, o planejamento na inserção de novas áreas ao circuito capitalista de produção é monopolizado pelas firmas e pelos Estados, este com papel de garantidor do processo de transformação

das bases produtivas do território, seja pela concessão de incentivo fiscal ou financeiro.

Mas a territorialização do agronegócio implica na desterritorialização de práticas produtivas pré-existentes, neste caso a agricultura tradicional, territorializada na região Nordeste de Goiás. “Isto significa que os pontos escolhidos para receber investimentos transformam-se em pontos de modernização da economia e do território e todo o restante fica a margem desse processo” (ELIAS, 2006, p. 35), pois, pela desterritorialização de uma atividade, seus atores são expulsos do processo produtivo e desapropriados dos meios de produção, a terra.

Assim, em áreas onde o agronegócio já está consolidado,

(...) os espaços agrícolas compõem pontos das redes de fluxos rápidos, que conectam as áreas consideradas para análise diretamente com os centros de poder em nível mundial, ou seja, a escala local está articulada com a internacional, e o território organiza-se a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. Estes novos arranjos territoriais produtivos inerentes ao agronegócio são os novos territórios da exclusão. (ELIAS 2006, p. 35).

Como destacou Cavalcante e Fernandes (2008, p. 21), a apropriação através do agronegócio “é um claro processo de monopolização do território pelos produtores mais bem sucedidos (capitalistas), que acentuam essa exclusão de agricultores”, como também a exclusão pela produtividade, seja pelo nível técnico-científico empregado no processo produtivo, ou pelo capital financeiro necessário para viabilizar a produção em larga escala. Ou, como destacou Elias (2008), pode haver a concomitância entre a agricultura tradicional e o agronegócio, havendo no mesmo território a relação assimétrica entre as práticas produtivas do campo. Para isso, são utilizados alguns artifícios no decorrer do processo produtivo, como monopólio de sementes e pressões no mercado de *commodities*.

Desse modo, Elias (2006, p. 36) destaca que:

Amplia-se, assim, o processo de subordinação de alguns pequenos produtores agrícolas que, ao invés de expulsos pelo processo de territorialização do capital no campo e de monopolização do espaço agrário, subordinam-se diretamente às empresas agrícolas, as quais transferem uma parte da renda da terra que lhes caberia. Esta subordinação se dá por meio de mecanismos financeiros e de controle técnico da produção, assim como pela contratação da compra da produção. Considerando alguns dos parceiros participantes desta relação, parece-nos possível afirmar que,

entre as conclusões possíveis, está se reproduzindo a sujeição formal, mencionada por Martins (1990).

A substituição da agricultura tradicional pelo agronegócio é um fenômeno em curso em diversas regiões do espaço agrário brasileiro, que, como verificado, pode ser parcial ou completa. A fragmentação do espaço agrário brasileiro produz a desigualdade entre as regiões, seja de nível técnico-científico, seja pelas políticas públicas e de crédito voltadas para o campo. Essa fragmentação ratifica as diferenças/desigualdades já existentes e age no surgimento de novas dicotomias.

Tal fragmentação é muito mais devastadora do que as preexistentes, em virtude de acirrar a refuncionalização do espaço agrícola brasileiro como um todo, e se difundirem especializações territoriais produtivas, denotando-se inúmeras seletividades, seja da organização da produção, seja da dinâmica do próprio espaço agrícola, a resultar numa nova divisão territorial do trabalho agropecuário. (ELIAS, 2006b, p. 10).

A atual configuração do território goiano (e brasileiro) evidencia esta fragmentação territorial e as desigualdades no espaço agrário. A partir das regiões de planejamento do estado de Goiás (recorte espacial utilizado na elaboração desta pesquisa) vemos a desigualdade através dos dados da produção agrícola regional e municipal, e com a apropriação de *lugares de reserva para o agronegócio*, a expansão da agricultura científica e do agronegócio monocultor.

Para efeito de análise e comparação, a tabela 03 irá mostrar a expansão do carro-chefe do agronegócio, a soja, na região Nordeste de Goiás.

Tabela 03: Quantidade de soja produzida, em toneladas, por município na região Nordeste de Goiás (2000 – 2012).

Município	2000	2004	2008	2012
Alto Paraíso de Goiás	8.400	4.480	10.500	12.690
Alvorada do Norte	1.440	2.280	1.680	3.750
Buritinópolis	-	-	-	-
Campos Belos	-	-	-	-
Cavalcante	-	-	-	-
Colinas do Sul	-	-	-	-
Damianópolis	-	1.000	-	-
Divinópolis de Goiás	-	-	-	-
Flores de Goiás	480	3.380	8.250	8.910

Guarani de Goiás	-	-	-	-
Iaciara	-	-	1.050	-
Mambaí	-	-	-	2.160
Monte Alegre de Goiás	24	-	-	360
Nova Roma	-	-	-	-
Posse	-	-	-	5.700
São Domingos	-	-	440	-
São João D'Aliança	14.880	29.700	63.000	64.800
Simolândia	-	-	-	-
Sítio D'Abadia	960	3.075	2.700	8.415
Teresina de Goiás	-	-	-	-
TOTAL	26.184	43.915	87.620	106.785

Fonte: IMB – Estatísticas Municipais (Séries Históricas).

A incipiente expansão do agronegócio pela região Nordeste de Goiás é expressada pela produção de soja, revela que a intensidade do avanço do agronegócio se dá de forma heterogênea, em determinados municípios o cultivo da soja teve significativo aumento, em outros ainda não atingiu importância na produção.

Na região Nordeste de Goiás o município de São João D'Aliança é o principal produtor da *commodity* soja, com o aumento mais expressivo na última década, e outros ainda não foram inseridos, pois essa região ainda vive a incipiente territorialização do agronegócio. O Nordeste goiano é a principal área de remanescente do bioma Cerrado do estado, pois, como área de predominância da agricultura tradicional, alicerçada na pecuária extensiva, de baixo nível tecnológico e científico, não possui infraestrutura necessária para transformação do espaço agrícola. Ainda permanece como um complexo rural, cuja base técnica se mantém aos moldes tradicionais, caracterizado pela incipiente divisão do trabalho.

Outros indicadores podem nos fornecer maiores evidências da mutação do espaço agrícola através da territorialização do agronegócio. Em comparação entre as regiões em estudo, podemos desmistificar as relações entre os impactos da modernização do campo e a nova estrutura territorial produtiva por indicadores como a eletrificação rural e a industrialização (fomentada pela produção agrícola). Na tabela 04 podemos comparar o quantitativo de estabelecimentos rurais com energia elétrica e o consumo de energia (MWH).

Tabela 04: Energia elétrica no setor rural (2006 – 2012).

Região de Planejamento	Nº total de consumidores ⁵				Consumo Total (MWH)			
	2006	2008	2010	2012	2006	2008	2010	2012
Sudoeste Goiano	15.846	16.933	17.476	17.700	124.196	158.593	178.521	195.805
Nordeste Goiano	8.254	10.080	11.314	11.860	19.781	24.148	34.443	44.102

Fonte: IMB – Estatísticas Municipais (Séries Históricas).

No consumo de energia elétrica rural, apenas o município de Rio Verde (Sudoeste) consome mais energia que toda a região Nordeste de Goiás, com 66.446 (MWH) e 3.851 consumidores. Porém, comparando as regiões em números relativos, o consumo em MWH mais que dobrou na região Nordeste, passando de 19.781 MWH em 2006 para 44.102 em 2012, enquanto a região Sudoeste apresentou um aumento relativo menor neste mesmo período, de 124.196 MWH em 2006 para 195.805 em 2012.

Já na tabela 05 destacamos a relação entre a industrialização e o desenvolvimento da agricultura moderna. Nos municípios onde o campo concentra maior nível tecnológico-científico maior será o número de consumidores e do consumo.

⁵ São alocados nesta categoria consumidores que desenvolvem atividade rural com objetivos econômicos. Esta categoria é estratificada nas seguintes subclasses: agropastoril; cooperativa de eletrificação rural; indústria rural e coletividade rural.

Tabela 05: Energia elétrica no setor industrial (2006 – 2012).

Região de Planejamento	Nº total de consumidores ⁶				Consumo Total (MWH)			
	2006	2008	2010	2012	2006	2008	2010	2012
Sudoeste Goiano	1.022	946	1.401	2.075	472.891	560.872	534.074	596.558
Nordeste Goiano	298	271	175	160	9.382	14.547	11.214	17.828

Fonte: IMB – Estatísticas Municipais (Séries Históricas).

Novamente a relação entre a modernização do campo e a industrialização (como também na urbanização) fica evidente pelos indicadores citados. Os impactos territoriais produtivos são visíveis quando comparados municípios com alto nível tecnológico-científico no campo com outros, cuja estrutura produtiva ainda está alicerçada na agricultura tradicional.

Rio Verde, como vimos, é o maior produtor de soja de Goiás, produzindo em 2012, 907.500 toneladas (tabela 01), e conseqüentemente é o maior produtor de aves, com rebanho efetivo de 12.350.000 cabeças (tabela 02), o que justifica seu número de consumidores de energia elétrica no setor industrial e seu consumo total, 1.366 consumidores e 374.757 (MWH), respectivamente. Portanto, contrapõem-se aos números de toda a região Nordeste de Goiás (20 municípios), que conta com 160 consumidores de energia elétrica no setor industrial em 2012 e consumo de 17.828 (MWH).

A discrepância entre um único município do Sudoeste Goiano e todos os 20 do Nordeste de Goiás revela a desigualdade regional (re) produzida no território goiano, e principalmente acentuada e ratificada pelo agronegócio. Como destaca Elias (2006, p. 31):

⁶ São alocadas nesta categoria as unidades consumidoras que desenvolvem atividades industriais. Para que se tenha um conjunto mais homogêneo com relação à atividade industrial foram estratificados os consumidores em alguns gêneros, de acordo com cada atividade.

Acirra-se, desde então, a expansão das relações capitalistas de produção no campo, conduzida de maneira extremamente prejudicial à maioria da população brasileira, especialmente aos que têm na relação com a terra sua principal forma de reprodução, à organização do território e ao meio ambiente. Promove-se, assim, um crescimento econômico cada vez mais desigual, gerador de desequilíbrios, exclusão e pobreza, acentuando as históricas desigualdades socioespaciais brasileiras.

A fragmentação do território produtivo goiano pelo agronegócio engendrou e acentuou tais desigualdades, criando territórios de exclusão no espaço agrícola goiano. Os impactos socioeconômicos gerados pela exclusão de parte da população do campo não se restringe ao acesso às técnicas e crédito, mas principalmente à expropriação dessa população dos meios de produção (neste caso, a terra), após a inserção de regiões de agricultura tradicional no circuito produtivo do agronegócio.

Cabe salientar a estrutura demografia dessas regiões atualmente, como verificado na tabela 06.

Tabela 06: Contagem da população Rural, Urbana e Total (2000 – 2010).

Região de Planejamento	População Rural		População Urbana		População Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Sudoeste Goiano	56.916	57.498	376.252	496.402	433.168	553.900
Nordeste Goiano	56.893	58.633	91.093	111.362	147.986	169.995

Fonte: IMB – Estatísticas Municipais (Séries Históricas).

Como ficou expresso, a população total da região Sudoeste de Goiás é superior a da região Nordeste de Goiás, mas quando especificamos esta contagem, entre rural e urbana, percebemos o impacto da estrutura territorial produtiva da agricultura tradicional na população do Nordeste Goiano. A população rural representava 38.4 % do total do efetivo demográfico da região em 2000, enquanto no Sudoeste Goiano a população rural é representada por apenas 13.1% da população total. Em 2010, na região Nordeste, houve declínio da população rural na composição demográfica, neste ano esta população representava 34.4%, na região Sudoeste também houve redução da população rural, caindo para 10.3% do total de pessoas na região. Nessa perspectiva, de inerência entre o agronegócio e a expropriação do agricultor da terra, como mostra os dados da tabela 06, forma-se o

contingente de trabalhadores expropriados dos meios de produção, garantido como forma de subsistência a venda de sua força de trabalho.

Para Elias (2006, p. 44),

O trabalhador agrícola assalariado é um proletário agrícola, é aquele trabalhador cujas relações de trabalho constituem prestação de serviços, isto é, cuja força de trabalho é uma mercadoria que ele vende ao empresário agropecuário, em diferentes momentos do processo produtivo. Ele, na maioria dos casos, reside nas periferias de cidades locais e médias, e compõe o que Santos (1988) chamou de o agrícola não rural.

Já Santos (1988, p. 43), ressalta que quando:

a agricultura passa, então, a se beneficiar dos progressos científicos e tecnológicos, que asseguram uma produção maior sobre porções de terra menores (..) os progressos da química e da genética, juntamente com as novas possibilidades criadas pela mecanização, multiplicam a produtividade agrícola, e reduzem a necessidade de mão-de-obra no campo.

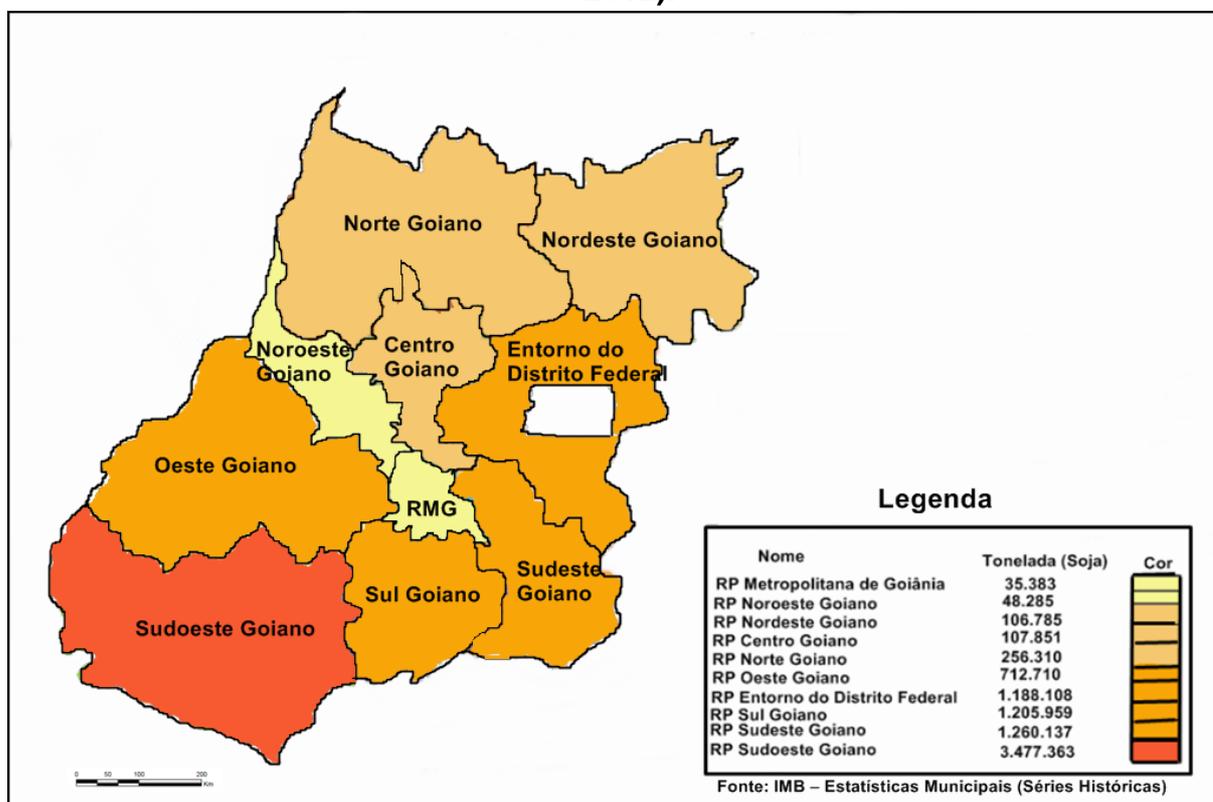
Assim a conexão entre a modernização da agricultura e a expropriação do agricultor dos meios de produção está intrinsecamente ligados com o crescimento urbano. A cidade, em muitos casos, se transforma em “cidade dormitório”, pela presença do trabalhador “agrícola não rural”, que fomenta a força de trabalho necessária à operacionalização do agronegócio.

No circuito produtivo do agronegócio, “quanto mais modernizada a atividade agrícola, mais amplas são as suas relações, mais longínquo o seu alcance” (SANTOS 1988, p. 38), produzindo assim relações globalizadas no campo, inserindo-o na dinâmica capitalista de produção, tendo como consequência, como verificado na dinâmica demográfica do Sudoeste goiano, o aumento da população urbana e do contingente de trabalhadores assalariados, tanto na cidade quanto no campo. Santos (2007) chama este trabalhador de desterritorializado pela agroindústria, que compreende uma população expropriada da terra, convertida em trabalhadores assalariados ligados ao complexo agroindustrial, porém, que residem nas cidades.

Na figura 01 vemos um mapa da produção de soja no estado de Goiás, através das regiões de planejamento de Goiás, onde podemos espacializar as regiões Sudoeste e Nordeste de Goiás no circuito produtivo do agronegócio goiano.

Ilustra através da produção de soja a diferença entre a produtividade de cada região, e a expansão gradual em direção às áreas de agricultura tradicional.

Figura 01: Produção de soja, em toneladas (Regiões de Planejamento de Goiás – 2012).



Fonte: IMB – Estatísticas Municipais (Séries Históricas). Elaboração: o autor.

RP: Região de Planejamento.

RMG: Região Metropolitana de Goiânia.

A fragmentação do espaço agrário de Goiás produz arranjos territoriais produtivos que compõem o território de produção agrícola globalizada, conectados por fluxos, formando o território rede do agronegócio. O Sudoeste goiano é um exemplo de região integrada ao circuito superior do agronegócio “cujos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação promovem a reorganização do espaço produtivo (...), imposta por empresas agrícolas e agroindustriais, nacionais e multinacionais, acirrando-se a divisão social e territorial do trabalho” (ELIAS, 2006, p. 30).

Estes novos arranjos territoriais produtivos articulam-se com a escala internacional, e se organizam a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. Tais áreas seriam, então, os pontos luminosos do espaço agrícola, as áreas mais dinâmicas no relacionado à expansão da modernização da produção e do espaço agrícolas. Nestes, o meio técnico-científico-informacional tem substituído o meio natural e o meio técnico (ELIAS, 2006, p. 30).

O Sudoeste goiano, com uma produção de 3.477.363 toneladas de soja em 2012, seria um *ponto luminoso* no espaço agrícola de Goiás, cuja estrutura territorial produtiva está conectada através do mercado, do discurso ideológico, do nível tecnológico-científico com diversas regiões, integrando a agricultura moderna globalizada.

Já o Nordeste goiano que produziu 106.785 toneladas de soja, está sendo paulatinamente apropriado e inserido ao circuito superior da agricultura, o agronegócio. Esta região compõe o *Cerrado agrícola* do estado de Goiás, área remanescente deste bioma, mas que vive a incipiente territorialização do agronegócio.

Considerações finais

A fragmentação do espaço agrícola brasileiro e goiano produziu (e ainda produz) desigualdades regionais, pois se criam regiões altamente especializadas e modernas, em detrimento de outras, cuja estrutura territorial produtiva é excluída do processo produtivo moderno. Por este fator, verificamos que o espaço agrário moderno é seletivo e que a apropriação de novas áreas obedece às necessidades de aumento da área cultivada de *commodities* e à lógica excludente do agronegócio.

A territorialização do agronegócio em regiões de agricultura tradicional transforma sua base produtiva. O território agrícola do Nordeste goiano, a exemplo de regiões como o Norte, Noroeste e Centro do estado, está sendo territorializada pelo agronegócio, mas mantém-se alicerçada na pecuária extensiva, de baixo nível tecnológico e científico, pois ainda não possui infraestrutura necessária para transformação completa do espaço agrícola. Ainda permanece como um complexo rural. Mas a política de expansão do agronegócio apropria e transforma o território produtivo da agricultura tradicional, portanto, a tendência natural é que a territorialização do agronegócio se dê paulatinamente, pela mutação gradual do

espaço agrícola do Nordeste goiano. Delgado (1984, p. 41) destaca o caráter heterogêneo no processo de territorialização do agronegócio:

Todo esse processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais e regiões produtivas. Não é, portanto, um processo que homogeneiza o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira.

Assim, como verificado através dos dados expressos nas tabelas, os impactos engendrados pela territorialização do agronegócio não altera somente a estrutura agrícola da região, mas também os núcleos urbanos, a estrutura socioeconômica e o meio ambiente. Os atores sociais envolvidos na estrutura territorial produtiva de cada atividade agrícola são alterados, gerando ônus para aqueles que são marginalizados do processo produtivo. A relação assimétrica entre as forças locais e globais gera as tensões e impactos socioeconômicos, demográficos, políticos e ambientais. Por isso este processo é passivo de constantes análises, seja na territorialização ou na desterritorialização de dada estrutura econômico-produtiva e/ou socioambiental.

Referências

BRASIL. **Projeções do Agronegócio: Brasil 2012/2013 a 2022/2023**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assessoria de Gestão Estratégica. – Brasília: Mapa/ACS, 2013.

CASTILHO, Ricardo. **Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada**. Revista da ANPEGE. v. 3, p. 33 - 43, 2007.

CAVALCANTE, Matusalém. FERNANDES, Bernardes M. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. REVISTA NERA – ANO 11, N. 13 – JULHO/DEZEMBRO DE 2008.

DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira**. Campinas, UNICAMP, 1984. Tese Doutorado.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. REVISTA NERA – ANO 8, N. 8 – JANEIRO/JUNHO DE 2006.

_____. **Globalização e Fragmentação do Espaço Agrícola do Brasil**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, Vol. X,

núm. 218 (03), 1 de agosto de 2006b. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-03.htm>. Acesso em 14 de fevereiro de 2014.

_____. **Redes Agroindustriais e Urbanização Dispersa no Brasil**. X Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona 26-30 de Maio de 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/270.htm>. Acesso em 13 de fevereiro de 2014.

FERREIRA, Manoel Eduardo. Et. al. **Preço da Terra e Remanescentes do Bioma Cerrado: Uma Análise Integrada para o Estado de Goiás**. IV Encontro Nacional da ANPPAS 4, 5 e 6 de junho de 2008. Brasília - DF – Brasil.

GOIÁS, Estado de. **Regiões de Planejamento do Estado de Goiás, 2012**. Goiânia: Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás, 2013.

GRAZIANO NETO, F. **A questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo**

Agropecuário 2006. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2014>.

INSTITUTO MAURO BORGES (IMB). **Estatísticas Municipais (Séries Históricas)**.

Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/estatistica_bde.asp>. Acesso em 19 de fevereiro de 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

VEIGA, J. E. da. **Diretrizes para uma nova política agrária**. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2000.

Recebido em Março de 2015

Publicado em Dezembro de 2015